




EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO VII - Nº 114 - 1ª QUINZENA DE JULHO DE 1996 - R\$ 1,00

A Greve Geral de 21 de junho mostrou que existe vontade de lutar contra o congelamento dos salários, o desemprego e os ataques de FHC aos serviços sociais. 12 milhões pararam, apesar da política traidora da burocracia sindical, que pretendeu limitar a manifestação a um protesto para reivindicar negociações com o governo. Cabe agora,

Organizar a greve geral por tempo indeterminado, levantando reivindicações claras de combate ao governo e aos capitalistas, para pôr abaixo o plano antinacional e antipopular de FHC!



O governo e os latifundiários preparam a repressão contra os trabalhadores sem-terra. Defendamos os camponeses pobres! Organizemos a aliança operário-camponesa!

A quinzena de luta do movimento operário

Os patrões (donos dos meios de produção) exploram e marginalizam socialmente os operários em busca de seus interesses de enriquecer cada vez mais. Como escravos assalariados, nos acostumamos a esperar que "outros" briguem por nossos interesses de classe (da classe operária). A política da classe que está no poder é burguesa.

Qualquer medida que tomar será em seu próprio benefício. A classe burguesa é dona dos meios de produção (das fábricas), teme a classe operária, pois sabe que a produção está nas mãos dos trabalhadores e sem eles não haverá como se enriquecerem, ou seja, acumular capital, mais riqueza, ou seja, não haverá como os patrões enriquecerem. É por isso que, em manifestações de protesto dos operários, chamam a repressão policial. Esta é a força que os capitalistas têm. Querem nos ver sempre submissos e medrosos.

Os assalariados têm resistido ao tremendo arrocho salarial e ao crescente custo de vida, quando a cesta básica chegou a variar até R\$ 157,69 e quando o aluguel de apartamento de 1 dormitório na periferia da cidade foi reajustado em 20%, chegando a custar R\$ 360,00. Isto quando a média salarial dos brasileiros é de R\$ 300,00 e 20 milhões vivem do salário mínimo de R\$ 112,00.

As lutas do movimento operário, as greves, manifestações nas portas da fábrica são experiências para uma nova luta de enfrentamento com os patrões. Estas experiências nos ensinam o caminho para conquistar nossas reivindicações imediatas e avançar para acabar com o sistema de exploração do trabalho.

Eis as lutas:

* Eletricitários contra a privatização das empresas de energia elétrica distribuem o "fifó" - lamparina, pavio e fósforo - para os deputados demonstrando a volta à idade média com a entrega das estatais.

* Operários da Construção Civil paralisam obras por reajuste de 16%: da Cohab Jardim Bonifácio de Itaquera, da NGS, NAC, Intercom, Dinovit, Novaplan e Maclan Engenharia. Após pressões dos peões, a BHM Construtora, Wysling Gomes, Belcon, Franki Construções, Maremorian, Losango, Gafisa fecharam acordo.

* Borracheiros da Goodyear, em São Paulo e Americana aprovam oferta dos patrões de 16% de reajuste (reivindicavam 16,86% de reposição e 10% de aumento real). Na Pirelli, paralisam atividades por duas horas e também conquistam os 16%.

* Trabalhadores da Café Dominion pro-

testam contra o atraso do salário de maio. Após uma semana em greve, patrões pagam parte do salário e pretendem vender 20 toneladas de café para pagar o restante da dívida.

* Químicos da Companhia Brasileira de Cartuchos em greve, desde 14 de junho, contra os constantes acidentes de trabalho. Os patrões, incluindo a Imbel, do Ministério do Exército, também não pagam adicional de periculosidade. 46 grevistas são demitidos. Sindicato aguarda julgamento da greve pelo TRT. **Dizer Não ao julgamento da greve. O julgamento deve ser para os patrões que expõem os operários à contaminação e detonações.**

* Manifestação na porta da Alpina cancela demissões por justa causa.

* Metalúrgicos da Metalgráfica retornam ao trabalho após 8 dias. Saem vitoriosos com o vale-refeição de R\$ 2,50 para R\$ 4,00 e R\$ 4,50 em outubro. **Patrões se mostravam irredutíveis, mas diante da força e da unidade dos operários dentro da fábrica, não teve outra opção, senão atender à reivindicação.**

* 14 dias de greve contra o não pagamento dos salários e das rescisões de 6 demitidos na Thunder-Comat impõe aos patrões caloteiros pagarem o que lhes devia. **A resistência dos operários, com seu método de luta, coloca os patrões na situação de submissão ao operário, que comanda a produção.**

* Motoristas e cobradores de transporte intermunicipal de Porto Alegre e de Recife em greve, reivindicam 32% de reposição e 4% de aumento real.

* Trabalhadores empregados e 35 demitidos da Fortaleza-Mogi, no Tatuapé se unem em protesto contra o calote nos salários de maio e das verbas rescisórias que deveria ter sido pago até dia 14 de junho.

* Motoristas da Tusa, Pioneira, Transdutra, Gatusa atrasam saída dos ônibus exigindo o reajuste de 16% julgado pelo TRT, após greve de um dia. Segundo denúncia, os motoristas não estão recebendo o reajuste e a jornada de trabalho aumentou em 1 hora e meia na maioria das empresas.

* Patrões da autopeças Krupp colocam a ação da polícia para acabar com greve. A greve foi deflagrada por causa do "acordo" na participação dos lucros. Os patrões "prometeram" R\$ 500,00 e estipulam agora R\$ 190,00. Apesar de ser um dinheiro extra para o operário, a PLR é uma maneira de produzirmos mais e enriquecer os capitalistas. **Enquanto nosso salário continua miserável, mês a mês, os empresários vão embolsando grandes quantias, diariamente, com as mercadorias que nós produzimos.**

* Trabalhadores do Zoológico de São Paulo, em estado de greve desde 15 de maio, conquistam os 19,44% de reajuste salarial.

* Mercedes-Benz de S. Bernardo dá licença remunerada a 1.500 metalúrgicos da produção. A comissão de fábrica concorda com os capitalistas ao se basear na redução das vendas: 17 mil veículos comercializados de janeiro a maio deste ano, segundo dados da Anfavea. Informa que a produção diária de 150 unidades cairá para 80.

Nacional



ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NO LESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

Assinaturas: 12 números (6 meses) - R\$ 15,00 - Consulte o distribuidor deste jornal ou nos escreva.

Fracassou a greve geral?

A greve geral esteve no centro dos acontecimentos. Como a burocracia sindical dirigente previu, paralisaram no país cerca de 12 milhões de trabalhadores, que equivale aproximadamente a 20% da força de trabalho. Para as condições como foi convocada a greve, a resposta dos trabalhadores foi significativa. É preciso considerar ainda que a maioria que não acatou o movimento não estava contra a greve geral nem por simplesmente ignorá-la.

A campanha do POR na porta das fábricas, ainda que restrita, comprovou que os operários não estavam seguros quanto à direção das Centrais e não viam empenho dos sindicatos em organizar coletivamente o combate. Não se faz uma greve nacional poderosa apenas com sua decretação, por mais descontentes estejam as bases.

A burocracia calculou o descontentamento dos assalariados com o arrocho, o desemprego e as reformas antipopulares para fazer uma greve parcial. Os poucos piquetes do dia 21 se concentraram em barrar a saída dos ônibus. As fábricas ficaram totalmente desguarnecidas, a não ser no ABC, onde as lideranças metalúrgicas da CUT não poderiam mostrar fracasso. Por ser o cinturão das lutas operárias e por ter maior organização sindical, a paralisação foi grande. Porém, não deixou de padecer do problema comum do movimento: não esteve direcionado a alcançar uma greve ativa. A manifestação improvisada em São Bernardo não foi massiva, como é da tradição grevista dos metalúrgicos das regiões.

Não era mesmo o objetivo da cúpula dirigente pôr as massas na rua. Onde houve alguma manifestação, como no Rio e Fortaleza, foi mais por obra dos ativistas de esquerda. Apesar de tudo isso e de seu principal fracasso no estado de Minas Gerais, a greve chegou a se configurar um protesto operário e popular contra o governo, mesmo que as bandeiras não fossem claras.

Os 12 milhões que paralisaram refletiram a existência de uma forte tendência de luta no seio das massas, que ainda não puderam encontrar expressão política e reivindicativa, mas que caminham para isso. O governo e seus porta-vozes pretenderam avaliar a greve como total fracasso. Mas não puderam fazê-lo com êxito. A greve geral parcial foi um rechaço dos explorados ao desemprego crescente, à fome e à diretriz reacionária do governo antinacional e antipopular.

Em nosso jornal Massas, editado dois dias antes da greve, demonstramos que havia disposição grevista entre as massas, porém que somente o descontentamento ou simpatia com o chamado da paralisação nacional não era suficiente para assegurar o seu êxito. Era necessária uma ampla atuação política dos sindicatos e das Centrais, através das assembléias, dos piquetes e uma grande agitação. Por outro lado, as bandeiras de luta não poderiam ser vagas, como a de mais emprego, salário e defesa das conquistas sociais.

Estava evidente que os patrões e o governo jogariam com as ameaças de demissões, corte de salários etc. A ação governamental nesse sentido foi intensa. Maluf manejou a direção do Sindicato dos Rodoviários com promessas e com coação. Porém, as Centrais permaneceram passivas diante das pressões antigrevistas. Inclusive perante a campanha do governo federal de que a greve não tinha reivindicações que a justificassem.

Devido ao descontentamento de uma parcela do operariado, que pretendia um locaute apoiado pelas Centrais, para exigir mudanças na política monetária, as direções acreditavam que a greve seria facilitada. Sem dúvida, a burocracia pôs confiança no êxito da manifestação do dia 21 a partir da avaliação de que parte da burguesia estava de acordo com ela. Pretendia assim um feriado de sexta-feira. É verdade que alguns patrões dispensaram os operários, acertando uma compensação. Isso ocorreu em metalúrgicos, têxteis etc.

Porém, a greve parcial não dependeu desse fato. Dependeu do descontentamento das massas. A burocracia é que pretendeu criar a dependência da Greve Geral do descontentamento de frações capitalistas com seu próprio governo. Assim se desfigurou esse poderoso instrumento de unidade das massas em torno do proletariado e de luta de classes contra os capitalistas e o Estado.

A própria frente da CUT com a Força Sindical e CGT se deu sob a linha da conciliação de classes, que certamente não é surpreendente. Apenas indica o quanto a burocracia reformista da CUT e do PT se adaptou à ala direitista e minoritária do movimento sindical.

Dirão que Vicentinho não aceitou uma greve (loucate) junto com a Fiesp, como queria Medeiros. Porém, somente formalmente houve rejeição por parte da CUT. No essencial, a burocracia se pôs de acordo. Ou seja, se uniram para desnaturalizar o instrumento da Greve Geral, dando-lhe um conteúdo institucional e de conciliação de classe. Por isso, a Greve não foi convocada sob reivindicações claras, não foi dirigida contra o governo, não teve por objetivo derrotar a política antinacional e antipopular de FHC e não se colocou em confronto com a classe capitalista.

Isso explica a forma passiva de tratamento das Centrais na sua organização e convocação. Explica a nulidade da maioria dos sindicatos em preparar a luta e no isolamento dos pouquíssimos sindicatos que se dispuseram a mobilizar. Pouquíssimos sindicatos que não obtiveram êxito devido sua burocratização e pouca penetração entre os operários, como os químicos de São Paulo, etc.

Os sindicatos dirigidos pelas esquerdas mostraram padecer dos mesmos males, como Correios (PSTU) e Frios (CO), para ficarmos em São Paulo. É bom observar que este último, dirigido por Causa Operária (CO), permaneceu obscuro o tempo todo, numa clara manifestação de submissão passiva ao poder da burocracia.

Esperava-se que tais sindicatos se distinguíssem por uma ampla propaganda, agitação, organização e plano de reivindicações, de forma a comparecer como uma fração revolucionária, ainda que minoritária. Nada disso ocorreu. Revelaram-se acanhados, passivos, obscuros e diluídos no interior da política da burocracia cutista.

A Greve geral dirigida pela burocracia os manteve enquadrados, de forma que expôs a falta de independência política, organizativa e de método de luta dos sindicatos dirigidos pela esquerda. A ausência de uma fração revolucionária de massa no interior de uma Greve Geral desfigurada pela política de conciliação de classe impossibilitou que as bases pudessem rejeitar a linha conciliadora da burocracia e expressar suas reais tendências de luta.

É nesses grandes acontecimentos, em que se coloca o problema da unidade proletária contra a burguesia, seu governo e Estado, que aparece com toda plenitude a importância da crise de direção. Avulta a necessidade de superá-la construindo o Partido Operário Revolucionário.

Nacional



PSTU quer perpetuar a fome com mínimo de 224 reais

Por incrível que pareça, o PSTU levantou a bandeira de 100% de reajuste no salário mínimo, em um panfleto cujo título era "Viva a greve geral contra FHC". O que significa 100% de reajuste no mínimo? Significa passar de R\$ 112,00 para R\$ 224,00.

Perguntamos ao PSTU: vocês sabem quanto custa a cesta básica? Segundo o Procon, órgão oficial governamental, a cesta básica atingiu o valor de R\$ 157,69. Todos nós sabemos que esta cesta básica é bem minguada, não dando

para uma família de 4 pessoas passar um mês. O PSTU fez por acaso um cálculo de quanto está custando um aluguel de um casebre numa favela? Será menos de 300 reais? E quanto será o gasto de um só trabalhador com o transporte?

Será que o operário que receber o salário mínimo do PSTU de 224 reais poderá cobrir as necessidades básicas de sua família? Com certeza não. Acharmos que o PSTU nos dará razão a esta nossa conclusão. Então porque é que o PSTU resolveu defender um salário de fome de R\$ 224,00? Creemos que por detrás destes números está o raciocínio reformista do chamado realismo. Ou seja, que as massas só lutam por aquilo que o PSTU julga que elas acham viável. O que quer dizer que a defesa de um salário mínimo real, que hoje estaria por vol-

ta de 1200 a 1500 reais, seria um sonho utópico. É com este raciocínio que os reformistas justificam a defesa de um salário miserável assimilável pelo capitalismo em crise.

Esta não é nossa opinião. Partimos do ponto de vista de que os assalariados estão esmagados pela exploração e passam fome. Por isso é preciso defender as reivindicações integrais que de fato os arranque da miserabilidade e da fome. Se o capitalismo não pode atender a esta necessidade elementar, então deve ser soterrado pela revolução proletária. Mas pelo visto o PSTU não confia que a revolução social é a solução.

Uma última palavra: o oportunismo do PSTU chegou a tal ponto que não teve vergonha de se utilizar da bandeira da greve geral para pedir votos para seu candidato Valério Arcari.

A saída do governo é militarizar o garimpo de Serra Pelada

Cerca de seis mil famílias vivem do garimpo em Serra Pelada. Estão ameaçadas pela Companhia Vale do Rio Doce de expulsão da área. O projeto "Serra Leste" da estatal exclui totalmente os garimpeiros da extração de minério. Essa situação tem obrigado os garimpeiros a lutarem cada vez com mais radicalidade. Já bloquearam a Vale do Rio Doce, fizeram reféns e agora impedem o funcionalmento das sondas.

Depois do massacre dos sem-terra de Eldorado do Carajás, o conflito se agravou em Serra Pelada e o governo só não reprimiu violentamente os garimpeiros devido a recente repercussão da chacina de camponeses no mesmo estado (Pará). Entretanto, com o aprofundamento dos

choques, o presidente da República autorizou a intervenção do exército, que se prepara para cercar todas as passagens que permitem acesso dos garimpeiros aos campos de jazidas.

O governo federal foi instruído a agir assim pelo fato de não poder contar com a mesma polícia e governo do estado que massacraram os sem-terra, estando agora sob ódio feroz da população oprimida. A via, portanto, é militarizar o movimento social dos garimpeiros.

Caso isso venha a acontecer, é provável que a parcela mais radicalizada e mais consciente de que, sem o garimpo, o que os espera é o desemprego, resista. Essa deve ser a resposta. Para isso, os garimpeiros deverão organizar a auto-defesa, caso contrário não terão como reagir à expulsão.

As jazidas descobertas são riquíssimas. Por isso, é de grande interesse para os capitalistas, e para lucrarem não se importam em massacrar os oprimidos. O governo e o exército são criaturas saídas do ventre dos capitalistas. Sua função é de assegurar, custe o que custar, a acumulação de capital e de propriedade.

Todos sabemos que a Vale do Rio Doce será privatizada, e se, será

entregue ao poderoso capital internacional (japonês, norte-americano, alemão etc). O governo de FHC tem a função de preparar o melhor possível as condições de lucratividade da Vale. Essa estatal, como está, já é um grande negócio, pois é uma das empresas mais rendosas do mundo e controla o ramo estratégico de extração mineral, cobiçado pelos governos imperialistas. A derrota da resistência dos garimpeiros será a vitória do capitalismo imperialista e dos seus consorciados nacionais.

O governo coligado do PSDB, PFL, PMDB e PTB expressa as pressões mundiais do capital imperialista e, evidentemente, não poderá tolerar que os garimpeiros bloqueiem o projeto de expansão da Vale. Do governo entreguista, os trabalhadores não poderão esperar outra coisa senão a militarização do garimpo de Serra Pelada. Os explorados do país têm o dever de apoiar a resistência dos garimpeiros. Fora o exército dos garimpos! Que os garimpeiros pobres possam decidir em assembléia a utilização das jazidas e expulsar os capitalistas aproveitadores do movimento!

Nacional



O que nos interessa de uma revelação tão óbvia?

A reportagem especial da Folha, de 30 de junho, sobre os sem-terra, revelou: 1) Uma parcela significativa votou em FHC; no Pontal, a maioria vota nos prefeitos do PFL; assim o PT não tem a hegemonia eleitoral entre os sem-terra. 2) Cerca de 75% dos acampados defendem a propriedade privada da terra; mas 43% preferem a produção coletiva.

Quem poderia esperar respostas diferentes a essas? Quem poderia esperar que os camponeses sem-terra aspirariam a propriedade coletiva da terra, ou seja, socialista? E quem não sabe que preferem a produção coletiva porque não vêem como sobreviver na economia familiar, experiência já realizada e fracassada? E quem não vê que os 53% que preferem a produção individual, apesar das experiências negativas passadas, o fazem de acordo com a mentalidade capitalista da propriedade privada da terra?

Seria surpreendente e algo extraordinário se a maioria se colocasse pela coletivização, contrariando sua condição de classe vinculada à propriedade capitalista da terra. Estaríamos diante da negação da tese materialista (marxista) de que é a existência que determina a consciência e não o contrário. E também estaríamos diante da quebra do domínio ideológico da burguesia sobre os explorados do campo, que inculca diariamente nas massas os valores capitalistas.

Também não é surpreendente que votem no PSDB, PFL etc, partidos esses sustentadores da propriedade latifundiária e de toda fome e miséria dos camponeses e operários. As raízes da não diferenciação de classe e da profunda inconsciência política são as mesmas, que levam à defesa da propriedade privada da terra.

E quantos operários não seriam levados a se colocar pela propriedade privada em respostas individualizadas, apesar de sua condição de existência (inserção na produção social) não estar de acordo com tal consciência? Não se pode desconsiderar que a ideologia dominante é da classe dominante. Isso também explica porque o proletariado, na sua maioria, vota dividido nos vários partidos da burguesia, ou seja, vota sem saber na perpetuação de sua escravidão e de sua miséria. Se não fosse assim, o capitalismo decadente e bárbaro já teria sido sepultado pela revolução socialista.

Somente um partido revolucionário profundamente enraizado no proletariado pode derrotar



ideologicamente a burguesia e permitir que a revolta das massas contra a miséria se transforme em revolta transformadora contra a propriedade privada dos meios de produção.

No caso da classe camponesa, sua aspiração pela propriedade privada da terra fica cada vez mais distante de se realizar. Triunfa a propriedade latifundiária. Assim, não há outra saída para os sem-terra e os minifundiários senão travar o combate de vida ou morte contra a fração capitalista latifundiária. Aqui reside o temor da burguesia e do governo, embora saibam que os camponeses pobres defendem a propriedade privada.

O choque com os latifundiários desenvolve a luta de classes no campo e avança os métodos revolucionários de luta dos oprimidos (ocupações, bloqueios, armamento elementar etc). E a burguesia não tem outra resposta senão os massacres, os assassinatos constantes de lideranças e, quando muito, um ou outro assentamento para arrefecer o combate.

O problema está em que a tendência do sistema econômico putrefato é o de impulsionar com cada vez mais ímpeto os movimentos sociais. As insanáveis contradições de classes não têm como ser amenizadas pela via de reformas burguesas, entre elas a da reforma agrária. As massas são lançadas, independente de seu atraso de consciência ou de suas aspirações

capitalistas, como no caso dos sem-terra, para a via da revolução social. E esta só pode ser contra a propriedade privada dos meios de produção e o monopólio latifundiário da terra.

Aqui chegamos onde a pesquisa burguesa não quer chegar e não pode revelar. Há setores da burguesia que se auto-enganam. Por exemplo, a pesquisa revela um viés democrático ilusionista, ao dar a entender ao governo e ao conjunto da burguesia que os camponeses são avaloristas do sistema capitalista e que por isso é preciso alguma reforma que supere o choque crescente. Mas a fração realista da classe dominante tem claro que tal choque no campo terá de ser duramente reprimido.

De nossa parte, que trabalhamos pela revolução socialista, pela expropriação social da propriedade privada dos meios de produção e pela coletivização da produção sob a ditadura do proletariado contra a minoria capitalista, compreendemos que a solução da terra virá com a unidade operária e camponesa. Tal unidade, sob a direção da classe operária, que não aspira enquanto classe a propriedade privada, só é possível através do programa de destruição do capitalismo, ou seja, do partido operário revolucionário. O atraso da consciência de classe no proletariado e a pouca penetração das idéias socialistas entre os camponeses se deve à ausência dessa ferramenta. Trata-se de construí-la no âmago da luta de classes, da qual faz parte o MST.

Nacional



O governo fará uma grande investida contra o MST

O Ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann (ex-PCB, agora PPS), desmente para afirmar. Diz que seu ministério não está promovendo a unificação das polícias estaduais para reprimir o MST e que tal responsabilidade é do Ministro da Justiça. Acrescenta que seu inimigo não são os sem-terra e sim o latifúndio.

Lembra que a Constituição permite que o governo lance mão da força para proteger a propriedade privada, mas que esta não é sua missão. Qual é então sua missão? É a de acabar com as ocupações de terra pela via da negociação dos assentamentos com o MST.

Explica que o MST deve fazer concessões ao governo e que este também o fará ao MST. Uma mão lava a outra. Mas que concessão o MST pode fazer que não seja em favor do latifúndio? E que concessão o governo pode fazer se não for para proteger os latifundiários das ocupações que crescem por todo país?

O que é que está por trás do desmentido para afirmar do Ministro Jungmann? Está a preparação de uma grande ofensiva do governo contra o MST. O Ministério da Justiça trabalha por unificar a ação das polícias esta-



duais para sufocar pela repressão as ocupações de terra, as ocupações do INCRA e o aprisionamento de reféns.

Essa não pode ser, evidentemente, a função do Ministério da Reforma Agrária, pois senão o governo perderia margem de manobra contra o movimento. Ninguém pode se esquecer de que o governo de FHC quer passar por democrático. O Sr. Jungmann, de passado estalinista, foi trazido ao Ministério para executar o plano político do governo de combate ao MST, ou melhor, ao método das ocupações e resistência, que nem sempre está sob o controle das lideranças. Sua função não é de organizar a repressão direta, mas sim de agir politicamente para justificar a intervenção policial-militar contra a intransigência dos sem-terra em acatar a fraude governamental da reforma agrária e

dos assentamentos oficialistas.

Como é que o Sr. Jungmann poderia dizer que seu inimigo principal é o MST e não o latifúndio? Por isso, de acordo com sua missão, nada melhor do que negar para afirmar.

O que é que os explorados do campo poderão fazer diante da ofensiva repressiva, militarizante, da decisão governamental de não desapropriar terras ocupadas e da descentralização? Se se ouvir o Ministro Jungmann, valerá a voz dos latifundiários. Se se intimidar com o Ministro da Justiça, triunfarão os latifundiários. A resposta está na maior unificação e massificação do MST, na proliferação das ocupações, na preparação da resistência auto-defensiva e na luta política pela unidade operária e camponesa, bloqueada pelos reformistas e pela burocracia sindical pró-capitalista.

Acidente de trabalho é um mal do capitalismo

No dia 21 de junho, 9 operários foram soterrados por um desabamento de uma laje, numa construção, no porto de Aratu, município de Simões Filho, a 50 km de Salvador, Bahia. Todos os 9 morreram. Outros 11 foram resgatados com vida, mas com muitos ferimentos.

A laje que desabou estava a uma altura de 15 metros até o segundo pavimento, situado a 3.000 metros do solo. Juntamente com a laje desabada veio uma massa de concreto fresco que ao endurecer manteve presos os corpos dos operários. Isto porque o resgate demorou a ser feito. Segundo o mestre de obras José Bernardino Filho, teria reivindicado equipamento de segurança à Cimex e não foi atendido. Segundo o superintendente do

Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), a fase final da construção estava irregular.

Está claro que não se trata de um simples acidente, mas sim de uma falha causada pela ganância dos capitalistas, que mantêm o trabalho dos operários em condições de risco de vida. São milhares e milhares os acidentes causados pela superexploração do trabalho, que ocorre anualmente, sem que o governo procure dar qualquer solução.

Somente a implantação do controle operário da produção, através de uma rede de comissões de fábrica, poderá defender a vida dos trabalhadores.

Reforma da Previdência: uma necessidade do capitalismo contra os trabalhadores.

Finalmente, a Câmara dos deputados aprovou a Reforma da Previdência, excluindo alguns pontos do projeto do governo como fim da aposentadoria integral do funcionalismo, da especial para professores universitários e outros. Mas o fundamental foi assegurado. Ou seja, a extinção da aposentadoria por tempo de serviço e adoção do critério de tempo de contribuição. Isso significa impossibilitar a aposentadoria de milhões de trabalhadores que não têm carteira assinada ou que permanecem longos períodos desempregados. Trata-se de um golpe sobre os assalariados, principalmente sobre as camadas mais pobres do proletariado.

Porém, o governo não admitiu a limitação ao projeto inicial e pressiona o Senado a reabilitar o conjunto de medidas antipopulares. Tudo indica de que se trata de uma manobra entre as duas casas legislativas. Isso porque a Câmara dos deputados manteve a aposentadoria em oito anos para os parlamentares e todos privilégios para juizes, governadores etc. Basta agora o Senado mantê-los e apenas reabilitar os pontos de ataque ao funcionalismo, trabalhadores rurais, universitários etc.

A burocracia sindical, tanto da CUT quanto da Força Sindical, que apoiou a Reforma da Previdência, justificava que era para acabar com os privilégios. Confundia os reais privilégios dos parlamentares, que se aposentam em oito anos com altíssimos salários, como os dos juizes, com as conquistas elementares do funcionalismo de aposentadoria integral ou aposentaria aos 25/30 anos para categorias consideradas especiais. No fundo, a burocracia colaborou com o governo neoliberal para acabar com a aposentadoria por tempo de serviço.

Logo mais as outras imposições serão impostas, preservando-se os interesses da casta parlamentar, do executivo, judiciário e militares. As massas pagarão sozinhas a malfadada Reforma. E não é outra coisa que pretende o governo. Todo problema se resume em limitar o número de aposentados, aumentar a arrecadação proveniente do assalariado e alongar o tempo de permanência no trabalho. Estamos diante de medidas contrárias aos interesses dos explorados e vantajosas para os capitalistas. Ou seja, trata-se de uma necessidade do capitalismo em crise.

Os fundos de pensão são uma mina de ouro que deverão ser totalmente privatizados. O objetivo do Estado é de se livrar da responsabilidade de assegurar a existência dos trabalhadores envelhecidos e esgotados para o trabalho.

Quando o assalariado é jovem, os capitalistas o exploram ao máximo, extraindo de sua força de trabalho uma fábula de riqueza. Serve-se dele para aumentar o capital e concentrar a propriedade dos meios de produção. Quando envelhece, a maioria precocemente devido à carga de trabalho, má alimentação etc, os exploradores já não querem nem saber como sobreviverá.

O Estado capitalista assumiu a tarefa de arrecadar e formar o fundo de aposentadoria, que como tal mantém a maioria na pior das misérias. Isso porque a quase totalidade ganha 1 salário mínimo e a ultraminoria (parlamentares, juizes, governadores etc) recebe altos vencimentos. O que tem se passado nos últimos tempos para que o governo decidisse destruir o mais elementar da aposentadoria?

Diz o Ministro Reinhold Stephanes que aumentou excessivamente o número de aposentados em relação ao contingente de contribuintes. Então trata-se de aumentar o número de contribuintes, elevar as alíquotas e alongar o tempo de permanência no trabalho. Nos cálculos do governo, certamente, fica de fora a fantástica riqueza que os trabalhadores produzem e que são apropriadas pela minoria capitalista. Se este fosse o cálculo, logo veríamos que não há crise alguma da Previdência. A riqueza produzida é mais do que suficiente para manter todos os trabalhadores que envelhecem e prover um grande excedente econômico para continuar o desenvolvimento das forças produtivas.

Ocorre que uma massa de riqueza vai para os banqueiros internacionais e para as matrizes das multinacionais. Uma outra parcela é canalizada para os cofres da burguesia nacional. Uma fatia dessa imensidão fica com o Estado, que destina sua maior parte para gerenciar os interesses dos capitalistas internos e externos. E só uma pequena parte é destinada para os salários e para manter em situação de miserabilidade noventa por cento dos aposentados.

É falso que falta dinheiro para assegurar os novos aposentados. A verdade é que as massas estão submetidas à superexploração, ainda contribuem com o INSS, e os capitalistas concentram uma massa de capital. O que pretende então o governo? Proteger os capitalistas e desguarnecer os assalariados, em função da crise econômica, que se caracteriza pela crise de superprodução, guerra comercial e queda de forças produtivas.

As estatísticas burguesas mostram um grande desequilíbrio entre jovens e velhos na próxima década, isso devido à queda forçada da taxa de natalidade.

Desta forma, trata-se do Estado se livrar de uma grande massa de velhos, que não alcançariam o direito à aposentadoria pelo critério de tempo de contribuição.

Dois outros fenômenos se apresentam. O primeiro é do aumento estrondoso do exército de desempregados. Assim, o governo se vê na situação de dificultar o máximo a aposentadoria, antes facilitada pelo critério de tempo de serviço e pelo limite de idade. O segundo é que a aposentadoria privatizada é um negócio lucrativo, referindo-se a uma camada abastada da classe média, ainda que minoritária.

Os trabalhadores ainda não tomaram consciência da gravidade da situação. Não compreenderam que o governo descarrega a brutal crise capitalista sobre os oprimidos e que as próximas gerações estarão mais esmagadas ainda. A pouca resistência aos planos de fome e miséria por parte das massas facilita a ofensiva dos capitalistas contra suas vidas. Sem dúvida, a responsabilidade dessa inconsciência e pouca resistência recai sobre a burocracia sindical, que tem atado os sindicatos às manobras do governo burguês, evitando assim que as massas se rebelassem contra os ataques às conquistas mais elementares.

Ao contrário dessa atitude, é necessário defender a fundo a aposentadoria pública para todos, empregados e desempregados, fim de qualquer pensão privada, que só os capitalistas contribuem com o INSS, tempo para aposentadoria de 25/30 anos para todos, fim dos privilégios de parlamentares etc, aposentadoria integral para todos e piso mínimo de um salário de 1200 Reais para uma família de 4 pessoas.

Nacional



Crise bancária: governo doa mais bilhões aos bancos

Nacional

O governo ajudou novamente os bancos em dificuldades de caixa. Propôs a compra de títulos do Sistema Financeiro da Habitação, que têm pouquíssimo valor real, para levar mais reais às mãos dos banqueiros. O problema é que a maioria desses papéis se encontrava nas mãos dos grandes bancos, enquanto os pequenos é que estavam em maiores dificuldades. O ministério da Fazenda organizou o empréstimo desses títulos dos bancos grandes aos pequenos, que puderam trocá-los por dinheiro vivo com o governo, e depois pagá-los aos bancos grandes. A compra de papéis podres se transformou em mais uma operação de doação de bilhões aos magnatas do capital financeiro.



A crise bancária tem suas raízes no plano econômico governamental. Com a redução da inflação, os bancos perderam sua principal fonte de lucro. Nos tempos da inflação diária, a retenção dos cheques e a movimentação financeira permitiam aos bancos abocanharem uma generosa fatia de todo dinheiro que circulava no país. A queda da inflação reduziu esse mecanismo, forçando-os a buscar compensações na taxa de serviços, corte de pessoal e maior lucratividade dos empréstimos (taxas de juros reais elevadas).

O plano Real se baseia em grande parte na valorização artificial da moeda brasileira, a partir do pagamento pelo governo de altíssimas taxas de juros. Os bancos passaram a aplicar taxas de juros semelhantes aos seus

empréstimos. A consequência foi a de reduzir o número de empresas dispostas a tomar dinheiro emprestado dos bancos e a incapacidade das que o faziam em pagar (crescimento da inadimplência).

A queda da lucratividade não levou imediatamente à falta de liquidez (dinheiro vivo). Alguns bancos mostravam formalmente lucros elevados, mas que não tinham uma contrapartida na liquidez, porque contabilizavam as dívidas das empresas inadimplentes com os bancos, que têm pouca possibilidade de quitação. As listas de protestos, concordatas e falências passou a se estender com nomes de grandes empresas, cobradas pelos principais bancos nacionais.

A recessão imposta pela crise capitalista inviabiliza para os bancos a realização plena da política de juros elevados. A taxa de juros (juros) é uma forma de apropriação de parte da mais-valia (trabalho assalariado não pago e apropriado pelos capitalistas). Depende da produção de mercadorias. Os juros são sustentados pelo lucro dos capitalistas industriais. O capitalismo apresenta uma tendência de reduzir a taxa de lucro com o desenvolvimento do potencial produtivo. Caracteriza-se por ter fundido o capital bancário com o industrial, na forma de capital financeiro (característica da etapa imperialista do capitalismo, que vivemos). Este tende a se tornar preponderante, dando ao capitalismo um caráter cada vez mais parasitário. Contraditoriamente, a tendência à queda da taxa de lucro convive com a tendência de aumento da voracidade do capital financeiro parasitário, que depende de elevadas taxas de juros. Essa contradição aponta para quebras dos sistemas financeiros, que vão se tornando incapazes de sustentar o parasitismo especulativo. Os papéis, títulos etc. que garantiam aos parasitas do sistema financeiro a extração de fortunas sob a forma de juros e dividendos, tornam-se sem valor real, porque ninguém é capaz de resgatá-los. Vimos isso acontecer no México em 1995, e essa é uma tendência mundial.

No Brasil, o governo tem agido para evitar essa crise através da entrega de bilhões aos bancos em dificuldades. Mas a recessão capitalista, impulsionada pelo plano Real, pressiona pelo agravamento da crise. O

capital financeiro, fusão do capital bancário com o industrial, não pode se recuperar à margem da contenção da produção. A crise dos bancos expressa a crise do capitalismo, incapaz de desenvolver as forças produtivas, devido ao estreitamento de mercados e o fenômeno da superprodução. A destruição de parte da economia nacional em benefício das multinacionais e do capital estrangeiro, causadas pela aplicação do plano neoliberal ditado pelo imperialismo, agrava as tendências próprias da crise.

O mecanismo aplicado pelo governo, de entregar bilhões aos bancos para evitar a quebra, é um paliativo. O governo e a burguesia em geral temem a quebra do sistema financeiro. Um banco que chegue à falência reduziria abruptamente a confiança dos investidores no sistema bancário, o que levaria a uma quebra em série. Essa quebradeira seria fatalmente acompanhada pelas indústrias, ligadas aos bancos. Mais do que isso, pulverizaria os valores monetários do país, o dinheiro passaria a não valer mais nada. Mas a injeção pelo governo de bilhões nos bancos agrava a situação do déficit público. O endividamento público também tem limites que, se forem ultrapassados, também podem levar à situação de colapso financeiro descrita acima.

A crise do sistema financeiro recai sobre os assalariados. Os bancários são demitidos em massa e reduzidos ano a ano. Os assalariados em geral vêm os cortes de gastos do governo com os serviços sociais públicos (saúde, educação, previdência etc.), em benefício do capital financeiro parasitário. A entrega do país ao capital estrangeiro vai destruindo a economia e elevando o desemprego e a miséria.

Os assalariados só têm uma saída: a luta pela estatização do sistema financeiro sob controle dos trabalhadores. Qualquer utopia reformista de controle governamental dos bancos esbarra nas tendências próprias da crise capitalista. As massas, mobilizadas nacionalmente, necessitam impor a expropriação e estatização dos bancos, que devem passar a ser dirigidos pelos assalariados. As organizações de massa (CUT, UNE, MST etc.) devem incorporar a estatização do sistema financeiro como bandeira de luta, e chamar as massas a lutar por ela.

Burocracia da Apeoesp cancela da reunião do CR e toma posse numa festança

A diretoria da Apeoesp vem ano a ano mostrando sua face de burocratas corrompidos. Depois de armar uma fraude para perpetuar no poder do sindicato, utilizando do não-abono como meio para implementar as urnas volantes (verdadeiras caça-votos), preparou com todo requinte a sua festa de posse. Para isso, substituiu a reunião do Conselho de Representantes por uma baile na Casa de Portugal. Na festa-baile, todos os burocratas se portavam com os mesmos requintes da burguesia. Desfilavam com seus carros, com peruas alugadas e vestidos suntuosamente. Como brinde aos conselheiros eleitos, ofereceu um "vale-comida", que deveria ser trocado no bar do clube por bebida ou por porções de salgadinhos.

Veja a que ponto chega uma direção quando se afasta totalmente da classe. Além de ser um braço da burguesia e do Estado no interior do professorado, porque defende os mesmos métodos, a pressão inócua ao parlamento, as alianças com setores do capital etc, reproduz a corrupção para o meio dos trabalhadores. Utiliza-se da contribuição dos filiados do sindicato para o seu próprio benefício. Basta verificar que não consultou ninguém da base para alugar o luxuoso salão para o baile e adorná-lo aos moldes das grandes festas da burguesia. Enquanto isso, a grande totalidade da classe sobrevive com o miserável salário, com a estafante jornada de trabalho e convive com as mais duras condições de trabalho. Às costas da classe, os burocratas comem e bailam com a suada contribuição dos professores.

Em vez de usar o dinheiro para organizar a luta para derrotar a ofensiva do governo, que implanta a privatização do ensino público, a burocracia corrupta

o expropria para se projetar na sociedade burguesa. A classe deve rechaçar tal conduta e exigir o controle (pela base) do dinheiro da Apeoesp. Ao mesmo tempo, repudiar a politicagem dos burocratas que aspiram a ascensão social na sociedade de exploração de classe.

O POR, Liga e militantes independentes protestam na posse da diretoria fraudulenta

Não poderíamos deixar passar em branco mais essa conduta da burocracia da Apeoesp. Exigimos o direito de manifestação em plenário, o que foi negado. Todos os burocratas presentes fizeram coro com Roberto Felício.

Os militantes conscientes levantaram palavras de ordem contra a fraude, a corrupção e toda sorte de falcatruas. Defenderam a convocação de assembléia para apurar toda a corrupção da burocracia, através de um panfleto distribuído entre os presentes. Em seguida, se retiraram da festa dos Felícios.

É importante que a classe conheça o que se passa no interior da burocracia para que possa entender porque não é mais capaz de defender as reivindicações históricas. Somente através da organização e da consciência de classe será possível varrer com os burocratas adaptados ao capitalismo.

OPOR
LIGA
E
MILITANTES
INDEPENDENTES
PROTESTAM
NA
POSSE
DA
DIRETORIA
FRAUDULENTA



Governo quer acabar com a data-base

Primeiro, o governo de FHC acabou com a data-base do funcionalismo público, para não mais ter de fazer reposição salarial. Agora, está tramando acabar também com a data-base de todos os assalariados do país.

Pela lei governamental, os salários ficam congelados por um ano, abrindo negociação para reajuste na data-base. Segundo os porta-vozes dos capitalistas, na realidade, a CLT apenas assegura dois anos para que capitalistas e operários renegociem as cláusulas do acordo coletivo. Para eles este tempo também está superado, devido a baixa taxa inflacionária. Pretendem

passar para o mínimo de 3 anos.

Está evidente nestas conclusões que a burguesia pretende ampliar a exploração, conservando inalterado o valor da força de trabalho por um longo período, enquanto que as mercadorias continuam a subir de preço. Trata-se do esmagamento salarial. Esta ofensiva faz parte de um conjunto de medidas chamado de flexibilização do trabalho, que significa destruir a amplamente os direitos trabalhistas e conquistas sociais, como a da Previdência.

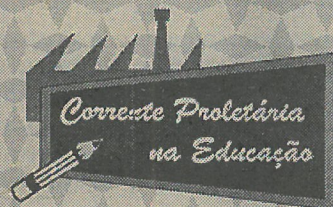
É necessário que a classe operária responda unificadamente contra estes ataques dos exploradores.

Eleições da Apeoesp

Vence a Fraude

PSTU divide a oposição

A força da chapa 3:
seu programa



Adquira o seu com o distribuidor deste jornal

Balanço do XI Congresso da AFUSE

Nos dias 13, 14 e 15/06 realizou-se o XI Congresso da AFUSE. A diretoria da AFUSE, usa os congressos para fazer festas, ganhar pelo meio dos passeios, dos encontros de amigos a parcela da categoria que procura se organizar.

Já no X Congresso esta situação ocorreu, e no XI não foi diferente.

As discussões são mínimas, porém apesar de fazer um Congresso disperso, despolitizado, a burocracia não deixa de passar a sua política. Utiliza para isso não as discussões em grupo, as discussões de teses, mas os "debates". Neste ano compareceu como um dos "convidados" João Felício, da Apeoesp e representante da CUT, para falar horas a fio da política de conciliação de classes (negociações), que defendem os sindicatos da CUT e a própria CUT. Neste debate João Felício disse "sentir saudades" da época em que os professores

e funcionários da educação faziam grandes mobilizações conjuntas. Quando questionado da necessidade da unidade da classe, as saudades deram lugar à política de negócios.

A despolitização do XI Congresso se expressou, já nas discussões das teses, onde a diretoria coloca que funcionários da educação são incapazes de discutir e avaliar a situação política Internacional e Nacional.

O Congresso é um momento privilegiado para a categoria, é ali onde se reúne a vanguarda do movimento, onde se discute a situação política que vive o país, e qual a política que o governo está colocando. Assim, a partir do Congresso, organiza seu plano de lutas.

Na educação a política hoje é a das reformas. Em São Paulo, o governo Covas reorganiza as escolas, fechando turnos, deixando alunos sem vagas. Obrigou a fazer remoção de funcionários de escolas, na questão salarial ofereceu apenas migalhas, como um prêmio de valorização de 80,00 reais até dezembro. Neste momento, procura incentivar a demissão voluntária para quebrar a estabilidade e contratar as empresas para fazer parcerias. Por fim, até o final do ano quer implementar a municipalização.

Toda essa situação não foi discutida em nosso XI Congresso. E por

consequente não se tirou um plano de lutas contra o fim da educação pública. A verdade é que após três dias de congresso, saímos como entramos sem unidade, sem luta e logo sem emprego. Um dos responsáveis é a diretoria da AFUSE, incapaz de organizar e de lutar pela educação, pelo salário dos funcionários da educação.

A sua tese mostra a sua incapacidade: em um pequeno texto diz "A AFUSE passou por uma fase de expectativa e esperança, já que o governo Covas foi eleito com muitos votos de funcionários da Educação." E hoje diz que discutirá e demonstrará a "posição contrária à municipalização desordenada sem discussão e entendimento do que está acontecendo".

Isto demonstra que a atual direção da AFUSE encarou a eleição do governo Covas como algo que poderia beneficiar a educação, e procura até apoiá-lo, bastando que as situações sejam discutidas e bem ordenadas. Existe a necessidade dos funcionários em Educação construir uma alternativa de direção, com um programa que se coloque contra o governo e sua linha de reformas, que aponte para a luta e a organização independente dos trabalhadores em Educação.

Educação



O Congresso da Reconstrução da UPES:

Mais uma luta aparelhista

Realizou-se em Mauá nos dias 22 e 23 de junho o Congresso pela Reconstrução da UPES. Houve uma presença maça de jovens, organizados pela UJS, MR-8 e PT.

Desde o início, ficou comprovado que uma parte dos estudantes foram levados mais com o intuito de fazer número e participar como delegados dos grupos que os organizaram. Outra parte pouco se interessou em participar dos grupos de discussão mostrando uma total despolitização.

Ficou evidente mais uma vez que o objetivo era o de se eleger uma diretoria ligada a um dos grupos, para se servirem do aparelho e se tornarem cabos eleitorais oficiais nesta eleição.

O confronto físico entre jovens que disputavam a direção da entidade ficou marcado pela atitude do grupo ligado ao PT ter rasgado parte de uma bandeira da UJS. A UJS publicou em seu boletim um repúdio a atitude divisionista e anti-democrática da UMES de São Paulo, ao mesmo tempo nos grupos de estudos faziam-se uma moção de repúdio a divisão da Ubes patrocinada pelo grupo corrompido quercista MR-8.

No boletim da UJS (Declare Guerra a Quem

Finge te Amar), braço estudantil do PC do B, afirmam em determinada parte do panfleto que "...somos e seremos implacáveis e incansáveis na construção de uma sociedade mais justa, democrática e soberana, onde o homem seja amigo do homem...", omitem com a palavra "justa, democrática e soberana", a luta real pelo socialismo, contra o capitalismo sanguessuga.

Desenvolvem, desde cedo, a conciliação de classes. O colaboracionismo com a burguesia, com os chamados democratas e progressistas já é marca patenteada. Aprendem desde já a fazer a "revolução por etapas", trilhando caminhos eleitoreiros das frentes populares.

O movimento pela reconstrução da UPES deixa claro, mais uma vez, que a política aparelhista e eleitoreira das correntes reformistas e revisionistas, TRAVAM o movimento estudantil, ficando claro que a falta de uma direção revolucionária de jovens não viciados pela política corrupta é um fator decisivo para avançar na luta pela emancipação da classe operária, e de todos os explorados pelo sistema capitalista (camponeses, estudantes.)

Eleições russas mostraram divisão na burocracia

Yeltsin e Ziuganov vão ao segundo turno das eleições presidenciais russas para disputar qual será o ritmo das reformas de restauração capitalista. Yeltsin representa o setor da burocracia que defende a implementação mais rápida da restauração. É apoiado pelo imperialismo americano e europeu. Suas dificuldades estão na divisão da burocracia e na resistência instintiva das massas, que vêm nas reformas restauracionistas a redução de suas condições de vida e trabalho. Ziuganov encabeça a ala burocrática que reconstruiu o PC. Também pretende a restauração capitalista, mas num ritmo adequado à resistência das massas e à crise interburocrática. Procura se apoiar no desejo das massas de recuperar os direitos perdidos com o fim da URSS para se projetar como alternativa a Yeltsin. Há ainda as frações ligadas a grupos militares e nacionalistas de direita, mas são minoritários.

Os conflitos entre as frações burocráticas pelo poder, convivendo com o descontentamento das massas, tende para a guerra civil. A restauração capitalista na Rússia deu passos significativos, como a onda de privatizações, mas ainda depende da estruturação da burguesia enquanto classe. A pressão do imperialismo é

no sentido de tomar para si o controle da economia, consorciado com grupos burocráticos. Mas a burocracia está profundamente dividida em bandos mafiosos, que utilizam seus próprios métodos para manter seus privilégios. A destruição de parte da economia russa e o agravamento da crise impulsionam as disputas regionais e de grupos burocráticos.

As frações de Yeltsin e Ziuganov lutam entre si para estabelecer qual ritmo de reformas restauracionistas poderá conviver com a insatisfação popular. Seu problema é o mesmo: como manter as massas submetidas até a reestruturação da burguesia enquanto classe? Ziuganov e o PC se apresentam como "moralizadores" desse processo, diante do desgaste do governo Yeltsin, encurralado pelas máfias burocráticas.

Logo após o primeiro turno, Ziuganov propôs a Yeltsin a formação de um governo de coalizão. Yeltsin não apenas negou, como iniciou um afastamento de membros do governo, que preparavam um golpe preventivo a uma possível vitória de Ziuganov e perda das rédeas do Estado por Yeltsin. Na verdade, trata-se do aguçamento do choque de frações no interior da burocracia pró-imperialista mafiosa.

Qualquer que seja o resultado das eleições, o governo russo restauracionista terá de enfrentar a insatisfação popular. A restauração, para prosseguir em ritmo lento ou não, depende da repressão estatal sobre as massas.

As tendências apontam para a guerra civil, encabeçada pelas frações burocráticas, como na ex-Iugoslávia. A restauração capitalista não pode acontecer gradativamente, não há contra-revolução pacífica. O enorme proletariado russo conta com a desvantagem de estar inconsciente, sem seu partido político. A experiência com as frações burocráticas e a luta contra a restauração capitalista depende da construção da seção nacional do Partido Mundial da Revolução Socialista, para resolver a necessidade da revolução política, que derrube as diversas frações burocráticas e reestabeleça a ditadura do proletariado.

Internacional



Crise da Vaca Louca mostra podridão capitalista

Os governos da Inglaterra e dos países europeus chegaram a um acordo para o fim do embargo à carne inglesa na Europa. Por causa da suspeita de contaminação do gado inglês, toda a comunidade europeia suspendeu a importação da carne bovina inglesa. Em represália, a Inglaterra suspendeu todas as importações de produtos europeus e passou a boicotar as decisões do Conselho da Comunidade Europeia. Agora, os produtos europeus poderão voltar ao mercado inglês e a carne suspeita de contaminação voltará ao mercado europeu.

Houve manifestações contrárias em diversos países da Europa, principalmente França, Itália e Alemanha. Agricultores levaram seus tratores para bloquear o desembarque de gado inglês nos portos. Pela sua limitação, não conseguirão impedir que a Inglaterra continue a vender seu gado suspeito.

Os capitalistas submetem a população à contaminação por uma doença incurável e que mata desintegrando o cérebro. Para que os pecuaristas

ingleses e os diversos produtores europeus não tenham mais prejuízos, decidiram que se reestabeleça o comércio entre ambos.

A origem da doença da Vaca Louca também está na ganância capitalista. Ela vem da utilização de animais doentes para a fabricação de rações, o que disseminou a peste por toda a Inglaterra. Como a doença suspeita de estar ligada à Vaca Louca, demora cerca de 6 anos para se manifestar em seres humanos, não dá para se saber ainda a extensão da contaminação.

Enquanto existir o capitalismo, as massas estarão submetidas a todo tipo de risco de contaminação. A destruição do sistema de exploração do trabalho permitirá eliminar os riscos de contaminação por mercadorias e colocar a ciência e tecnologia plenamente a serviço da saúde, e não apenas para a lucratividade dos laboratórios e indústrias farmacêuticas.

Curso de Formação Política: Marx, Engels, Lênin e Trotsky

O POR realiza um debate todo último domingo do mês. No mês de julho, o curso discutirá a Teoria do Estado, sob a visão de Lênin. Consulte o distribuidor deste joranal.

Não há bancarrota das massas, mas sim crise das direções sindicais

Guillermo Lora

Continua-se manejando o pressuposto de que a restauração capitalista na URSS e a queda do stalinismo causariam a caducidade do marxismo e o fortalecimento do capitalismo.

Internacional

Tanto no plano internacional como nacional se comprova que estamos vivendo a bancarrota da ordem social burguesa, que está totalmente podre e em desintegração.

Nestas condições é absurdo que se fale do fortalecimento do capitalismo (somente traz desemprego, baixíssimos salários, perda das conquistas sociais, corrupção, etc.) e da caducidade da revolução social. Na atrasada Bolívia, o capitalismo é agravamento da miséria, do atraso, da submissão do país ao imperialismo, da perda da soberania nacional etc.

Tudo o que vem acontecendo nos leva à conclusão de que continuamos vivendo a experiência dolorosa do difícil nascimento da nova sociedade e do enterro do capitalismo putrefato. Neste processo se dá um momento de retrocesso, isto é, de restauração do envelhecido capitalismo na ex-URSS.

Os que falam que o capitalismo demonstrou que tem de usufruir do poder político para sempre, o que suporia que a exploração e opressão das maiorias durarão indefinidamente, fecham os olhos diante da realidade.

A imposição do neoliberalismo, que se dá sobretudo nos países semicoloniais, economia de mercado, privatização, livre comércio, liberdade de demitir os operários no momento que convenha aos empregadores etc., vem encontrando resistência tenaz dos oprimidos e explorados, isto em diferente grau segundo os países e o estágio de politização dos trabalhadores.

Esta resistência é explicável se se leva em conta que a permanência do capitalismo no manejo dos poderes econômico e político se traduz no agravamento da miséria e da superexploração, enfim, na marcha acelerada da sociedade até a barbárie. Isto quer dizer que o amadurecimento das forças produtivas impõe a necessidade histórica de realizar a revolução social, a fim de poder sepultar o putrefato imperialismo e instaurar a ditadura do proletariado.

A realidade: as massas bolivianas estão em luta e têm avançado em seu amadurecimento político. Um exemplo: 9 de abril de 1952 e 9 de abril de 1996 em relação ao MNR no poder.

Na atrasada Bolívia aparece com nitidez a evidência de que a necessidade da luta revolucionária para sepultar o capitalismo não tem caducado, que se encontra em plena vigência.

A prova de que sustentamos temos na grande capacidade de luta sustentada que demonstram as massas, que se movem atrás das consignas fundamentais da política revolucionária do proletariado.

As massas bolivianas estão lutando e seu amadurecimento político avança. Não se pode esquecer a presença do partido que concentra e expressa a consciência de classe dos assalariados, cujo objetivo estratégico é a ditadura do proletariado. Estamos nos referindo ao partido marxista-leninista-trotskista, o Partido Operário Revolucionário.

As massas dizem com toda clareza que para sepultar o capitalismo, para arrancar o país da fome e do atraso têm de consumir a revolução e a ditadura proletárias.

Há uma diferença no nível político da luta em 1952 com a que se leva agora. As massas buscam sepultar o MNR.

No cenário nacional volta a atualizar-se a necessidade que as massas realizem um novo 9 de abril, porém desta vez não para que novamente qualquer grupo burguês se apodere da vitória dos trabalhadores, mas para instaurar o governo próprio dos oprimidos e explorados.

Esta conclusão se tira da evidência de que a luta política de hoje se encontra em nível muito mais elevado que em 1952. Não em vão temos vivido a experiência das Teses de Pulacayo até as últimas jornadas atuais, passando pela Assembléia Popular, que assinalou com precisão o caminho que conduz à conquista do poder.

Todo este processo se sintetiza no fato de que agora as massas expressam que seu objetivo é sepultar o regime do MNR.

MASAS Nº 1519 POR

La Paz, 2 de abril de 1996
1199 - Precio: Bs. 1,-

Gracias a la lucha del pueblo se abre un camino decisivo de cambio de rumbo en la reconstrucción de la Patria

EL PUEBLO BOLIVIANO DE PIE PARA SEPULTAR A LA BURGUESIA PODRIDA Y SU GOBIERNO DE TURNO

Los partidos burgueses, los reformistas-revisionistas, los colaboracionistas, los stalinistas, son todos corruptos, roban los dineros fiscales, hacen sucos negociados a la sombra del poder que usurpan, reciben coimas de las transnacionales imperialistas por la entrega de las riquezas naturales y de las empresas públicas.

Toda la burguesía y sus partidos son marionetas. La fabricación de cocaína es la única industria próspera que le permite a la misérable burguesía comercial e inmediata hinchar la bolsa.

La burguesía y sus gobiernos de turno son verdaderos, acostumbrados a vivir de las limosnas que reciben de la metrópolis imperialista.

No se puede seguir soportando que los ricos, los explotadores, sigan contrayendo empréstitos en el exterior para malbaratarlos, todo a espaldas del pueblo, para luego descargar el peso abrumador de su pago sobre las espaldas de la masa trabajadora.

No puede mirarse con indiferencia que la pérdida de la soberanía nacional se vaya agravando día que pesa. Bolivia ya está convertida en colonia, lo que obliga a afirmar la lucha contra esta monstruosidad.

Los gobiernos burgueses se limitan a ejecutar lo que ordena el amo norteamericano. Eso se comprueba cuando tan fríamente se dedican a destruir los cocales y a entregar la tierra a las

